

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103.667 - MG (2018/0257751-1)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : JOSE VICENTE PEREIRA XAVIER (PRESO)  
**ADVOGADO** : ROQUE TAVARES ALVES - MG137642  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**EMENTA**

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA EM FAVOR DO RECORRENTE. PERDA DO INTERESSE PROCESSUAL. RECURSO PREJUDICADO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JOSÉ VICENTE PEREIRA XAVIER contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.18.080597-0/000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante delito, no dia 16/07/2018, pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 33 da Lei n.º 11.343/2006 e 12 da Lei n.º 10.826/2003. O Juízo de primeiro grau converteu a prisão em flagrante em preventiva.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Nas razões recursais, alega-se, de início, que o Recorrente não é o proprietário da substância entorpecente apreendida, tratando-se de Réu primário, trabalhador, que possui bons antecedentes e residência fixa.

Argumenta-se que o decreto prisional não apresenta motivação idônea, estando amparado na gravidade abstrata do delito.

Sustenta-se que não se encontram presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que é cabível, na hipótese, a substituição da custódia por medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Afirma-se, ainda, que o Recorrente faz jus à prisão domiciliar devido ao seu excepcional estado de saúde.

Assevera-se, por fim, a existência de excesso de prazo na formação da culpa.

Requer-se, em liminar e no mérito, seja concedida a liberdade ao Recorrente, com a expedição de alvará de soltura em seu favor.

O pedido liminar foi indeferido nos termos da decisão de fls. 131-133.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 135-142, opinando pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Em consulta ao endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, constata-se que, em 17/12/2018, o Juízo de primeiro grau proferiu sentença julgando improcedentes "*os pedidos formulados na denúncia para, em consequência ABSOLVER o acusado, José Vicente Pereira Xavier, das imputações que lhe foram impostas, com base no art. 386, incisos VI e VII, do Código de Processo Penal*", determinando, por conseguinte, a expedição de alvará de soltura em favor do Recorrente.

Desse modo, evidencia-se a perda superveniente do interesse processual no presente recurso em *habeas corpus*, que objetivava demonstrar a existência de constrangimento ilegal na manutenção da custódia cautelar do Recorrente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o recurso ordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora